



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA
ENTRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
E A
UNIVERSIDAD DE ANTOFAGASTA**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada “**UFPB**”, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, (www.ufpb.br) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por sua Reitora, Professora Doutora **Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**, legitimada para este ato em virtude das atribuições que tem conferido segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, edição 217, p. 01, de 11 de novembro de 2016.

E A **UNIVERSIDAD DE ANTOFAGASTA**, a seguir denominada “**LA UA**”, uma instituição pública de ensino superior, com personalidade jurídica reconhecida pela Resolução nº 2800, de 02 de setembro de 1959, do Ministério da Justiça, e como universidade mediante Decreto nº 1297 de 1964, do Ministério de Educação Nacional, com sede na Avenida Angamos nº 601, Antofagasta – Chile, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Dr. **Luis Alberto Loyola Morales**.

Considerando que o desenvolvimento da cooperação acadêmica, científica e cultural é benéfico para ambas as instituições, e desejando reforçar essa cooperação, a UFPB e LA UA concordam em celebrar o presente Acordo Geral de Cooperação que se regerá pelas seguintes

CLÁUSULAS

Primeira – As instituições parceiras acordam que o objeto do presente instrumento é o estabelecimento de relações acadêmicas, culturais e científicas entre a UFPB e LA UA, orientadas para a cooperação interinstitucional, que contribuam a seus respectivos desenvolvimento nos campos da educação superior, ensino, capacitação, pesquisa, transferência de tecnologia, extensão e serviços.

Segunda – Com o fim de executar a cláusula anterior, as partes aceitam que poderão considerar as seguintes formas de cooperação:

- a) Intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação, incluindo doutorandos;
- b) Desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa;
- c) Organização e participação em seminários, conferências, oficinas e outros encontros acadêmicos;



m

- d) Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros, etc.;
- e) Intercâmbio de material e publicações acadêmicas;
- f) Realização de programas de dupla titulação e cotutela de teses doutorais, obedecida a legislação e normas de cada instituição;
- g) E o que mais no futuro estabelecerem as partes de comum acordo.

Terceira – As partes acordam que, para a execução das atividades de cooperação estabelecidas no marco do presente convênio deverão ser estabelecidos convênios específicos anexados ao presente. Os convênios específicos detalharão, em cada caso: os objetivos, meios de ação, formas de participação, obrigações de cada parte, contribuições técnicas, financeiras, de recursos humanos e outros; pressupostos, incluindo os custos de supervisão técnica e apoio institucional correspondente e demais elementos que assegurem o cumprimento normal e adequado do que foi pactuado. Os convênios específicos deverão estar subscritos pelos representantes legais de cada uma das partes.

Quarta – As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo Acadêmico terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representa-las.

Quinta – As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades que se realizem sob o marco do presente convênio, quando o considerarem necessário.

Sexta – Ambas as instituições acordam expressamente manter a confidencialidade da informação e dos produtos que resultem dos projetos de pesquisa, assim como de toda a informação que não seja de domínio público e a que poderiam ter acesso no marco deste documento.

Sétima – As partes concordam que as publicações de diversas categorias (artigos, folhetos, etc.), assim como as coproduções e difusões objeto do presente instrumento, se realizarão de comum acordo.

Da mesma forma, concordam que a titularidade dos direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem das ações desenvolvidas no marco do presente convênio, corresponderá à parte cujo pessoal tenha realizado o trabalho. Se for produto de um trabalho conjunto, as partes dividirão a titularidade dos direitos de acordo com sua participação nas atividades. Em todos os momentos, as partes outorgarão o devido reconhecimento às pessoas que participaram no desenvolvimento das mesmas.

No caso em que uma das partes deseje utilizar a informação ou resultados de uma investigação proporcionada pela outra parte em uma publicação própria, deverá solicitar previamente a esta, uma autorização escrita e ajustar-se às disposições legais da matéria. Fica expressamente entendido que as partes poderão utilizar-se dos resultados obtidos nas atividades amparadas pelo presente instrumento, em suas tarefas acadêmicas e para fins de difusão, desenvolvimento institucional e aprovação acadêmica que corresponda.

Oitava – As partes concordam que os funcionários ou membros de cada uma delas que sejam designados para a realização conjunta de qualquer ação, continuarão de forma absoluta sob a direção ou dependência da parte com a qual tenham estabelecido sua relação trabalhista, independentemente de estar prestando seus serviços em instalações da outra instituição para a qual foram designados, por fim, cada uma delas assumirá sua responsabilidade e, em nenhum caso serão consideradas empregadores solidários ou substitutos.



Nona – A celebração do presente convênio não implica nenhum tipo de compromisso prévio de ordem econômica ou financeira a cargo das partes convenientes. As obrigações de tal natureza, assim como todo outro aspecto relativo as ações serem implementadas na execução das diversas formas de cooperação que motivam o presente, serão objeto de previsão expressa nos convênios específicos.

Décima – Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convenio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

Décima Primeira – O presente acordo entrará em vigor na data de sua última assinatura e terá validade por um período de cinco (5) anos, ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação por escrito das partes e a assinatura do documento correspondente. O presente acordo pode ser revisado ou modificado a qualquer momento, por acordo mútuo por escrito dos representantes autorizados das partes. As modificações obrigarão as partes a partir da data de sua assinatura. Da mesma forma, poderá ser rescindido unilateralmente mediante aviso por escrito à outra parte, com antecedência mínima de três (3) meses à data determinada para tal efeito. Essa decisão não afetará as atividades acadêmicas em desenvolvimento, que deverão continuar até o seu término, conforme o programa, termos e calendário acordados originalmente.

Décima Segunda – O presente acordo é assinado num espírito de boa fé e cooperação, razão pela qual as instituições convenientes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação, formalização e cumprimento do mesmo. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a uma arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um terceiro membro será escolhido por mútuo consentimento.

Décima Terceira – A subscrição do presente convênio não representa obstáculo algum para que as partes signatárias possam realizar convênios com objetivos análogos com outras instituições.

Os representantes das instituições assinam o presente Acordo Geral de Cooperação, elaborado em quatro exemplares, sendo dois (2) em espanhol e dois (2) em português, de igual forma e teor, no local e data indicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Reitora

João Pessoa,

UNIVERSIDAD DE ANTOFAGASTA



Dr. Luis Alberto Loyola Morales
Dr. Luis Alberto Loyola Morales
Reitor

Antofagasta,





**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**

UA
Universidad
de Antofagasta

**ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN ACADÉMICA
ENTRE LA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Y LA
UNIVERSIDAD DE ANTOFAGASTA**

LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA, en lo sucesivo denominada “UFPB”, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 (www.ufpb.br) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, en este acto, representada por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el Diario Oficial da União, sección 02, edición 217, p. 01, de 11 de noviembre de 2016;

Y LA UNIVERSIDAD DE ANTOFAGASTA, en adelante denominada “LA UA”, una institución pública de enseñanza superior, con personería jurídica reconocida por Resolución número 2800 del 2 de septiembre de 1959 del Ministerio de Justicia y como universidad mediante Decreto número 1297 de 1964 del Ministerio de Educación Nacional, con domicilio en Av. Angamos 601, Antofagasta-Chile, en este acto, representada por su Rector Profesor Doctor **Luis Alberto Loyola Morales**.

Considerando que el desarrollo de la cooperación académica, científica y cultural es benéfico para ambas las instituciones, y deseando reforzar esa cooperación, la UFPB y LA UA, acuerdan en celebrar el presente Acuerdo General de Cooperación que se registrá por las siguientes

CLÁUSULAS

PRIMERA – Las instituciones asociadas acuerdan que el objeto del presente instrumento es el establecimiento de relaciones académicas, culturales y científicas entre la UFPB y LA UA, orientadas a la cooperación interinstitucional, que contribuyan a sus respectivos desarrollos, en los campos de la educación superior, docencia, capacitación, investigación, transferencia de tecnología, extensión y servicios.

SEGUNDA – A fin de ejecutar la cláusula anterior, las partes acuerdan que podrán considerar las siguientes formas de cooperación.

- a) Intercambio de profesores, investigadores y estudiantes de grado y postgrado, incluyendo doctorandos;
- b) Desarrollo conjunto de actividades de enseñanza e investigación;
- c) Organización y participación en seminarios, conferencias, talleres y otros encuentros académicos;
- d) Publicación conjunta de resultados de investigación, artículos, libros, etc.;



- e) Intercambio de material y publicaciones académicas;
- f) Realización de programas de doble titulación o titulación conjunta en cotutela de tesis doctorales, de acuerdo a la legislación y normativa de cada institución.
- g) Otras que a futuro establezcan las partes de común acuerdo.

TERCERA – Las partes convienen que, para la ejecución de las actividades de cooperación a realizarse dentro del marco del presente Convenio, se desarrollarán convenios específicos adjuntos al presente. Los Convenios Específicos detallarán en cada caso, los objetivos; medios de acción; formas de participación; obligaciones de cada Parte; contribuciones técnicas, financieras, de recursos humanos y otros; presupuestos, incluyendo los costos de supervisión técnica y apoyo institucional que correspondan y demás elementos que aseguren el normal y adecuado cumplimiento de lo que se pacte. Los cuales deberá estar suscrito por los representantes legales de cada una de las partes.

CUARTA – La supervisión y coordinación de las actividades realizadas en base al presente acuerdo serán asignadas a las personas responsables por el área internacional de cada institución, o por aquellos oficialmente designados para que las representen.

QUINTA – Las partes podrán gestionar ante instituciones públicas o privadas nacionales o internacionales, la obtención de recursos necesarios para financiar, total o parcialmente, el desarrollo de las actividades que se realicen en el marco del presente convenio, cuando lo consideren necesario.

SEXTA – Ambas instituciones acuerdan expresamente mantener confidencialidad de la información y productos que surjan de los proyectos de investigación, así como de toda la información que no sea del dominio público y a la que podrían tener acceso en el marco de este documento.

SÉPTIMA – Las partes convienen en que las publicaciones de diversas categorías (artículos, folletos, etc.), así como las coproducciones y difusión objeto del presente instrumento, se realizará de común acuerdo.

Asimismo, convienen en que la titularidad de los derechos de propiedad intelectual e industrial que resulten de las acciones desarrolladas en el marco del presente convenio, corresponderá a la parte cuyo personal haya realizado el trabajo. Si son producto de un trabajo conjunto, las partes compartirán la titularidad de los derechos de acuerdo con su participación en las actividades. En todo momento las partes otorgarán el debido reconocimiento a las personas que participaron en el desarrollo de las mismas.

Para el caso de que alguna de las partes deseara utilizar en una publicación propia la información o resultados de una investigación proporcionada por la otra parte, deberá solicitar previamente a ésta una autorización escrita y ajustarse a las disposiciones legales en la materia. Queda expresamente entendido que las partes podrán utilizar los resultados obtenidos en las actividades amparadas por el presente instrumento, en sus tareas académicas y para los fines de difusión, desarrollo institucional y superación académica que corresponda.

OCTAVA – Las partes acuerdan que el personal o los miembros de cada una de ellas que sean designados para la realización conjunta de cualquier acción, continuará en forma absoluta bajo la dirección o dependencia de la parte con la que tenga establecida su relación laboral, independientemente de que sus servicios se presten en las instalaciones de la parte a la que fue asignada. Por ello, cada una de ellas asumirá su responsabilidad y en ningún caso serán considerados empleadores asociados o sustitutos.



m

NOVENA – La celebración del presente Convenio no implica ningún tipo de compromiso previo de orden económico o financiero a cargo de las partes comparecientes. Las obligaciones de tal naturaleza, así como todo otro aspecto relativo a las acciones a implementarse en la ejecución de las diversas formas de cooperación que motivan el presente, serán objeto de previsión expresa en los convenios específicos.

DÉCIMA – Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudiesen causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que pudieran impedir la continuación de las actividades previstas en el presente convenio o sus instrumentos derivados, pudiendo reanudarse en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión hasta su total conclusión.

DÉCIMA PRIMERA – Este acuerdo entrará en vigor a la fecha de su última firma y será válido durante un período de cinco (5) años, al término de los cuales podrá acordarse su renovación por un período de hasta cuatro años más, mediante comunicación por escrito de las partes y la suscripción del documento correspondiente. El presente Acuerdo se puede revisar o modificar en cualquier momento, por mutuo acuerdo firmado por los representantes autorizados de las partes. Las modificaciones obligarán a las partes a partir de la fecha de su firma. Asimismo este Acuerdo se podrá resolver anticipadamente por cualquier de las partes, mediante aviso por escrito a la otra parte, con al menos tres (3) meses de antelación a la fecha determinada para tal efecto. Tal decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán continuar hasta su terminación conforme al programa, términos y calendario acordados originalmente.

DÉCIMA SEGUNDA – El presente acuerdo se suscribe en un espíritu de buena fe y cooperación, razón por la cual las instituciones signatarias acuerdan resolver, por consulta amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación, formalización y cumplimiento del presente Acuerdo. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje y un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

DÉCIMA TERCERA – La suscripción del presente convenio no representa obstáculo alguno para que las partes signatarias puedan concretar convenios de similar o semejante índole con otras instituciones con fines análogos.

Los representantes de las instituciones firman el presente Acuerdo General de Cooperación, elaborado en cuatro ejemplares originales, dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y validez, en el lugar y fecha indicados.

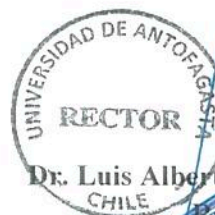
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



[Handwritten signature]
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Rectora

João Pessoa,

UNIVERSIDAD DE ANTOFAGASTA



[Handwritten signature]
Dr. Luis Alberto Loyola Morales
Rector

Antofagasta,

